

## ÉRAMOS?

Você acorda naquele dia, cumpre com as obrigações que lhe são peculiares, vai dormir e quando acorda, como num passe de mágica está apto e autorizado para todos os atos da vida civil. É como se completar dezoito anos nos transformasse do dia para a noite em seres capazes para tudo, pois que, até então, éramos relativa ou absolutamente incapazes.

Dentre muitos outros anseios, agora se pode obter permissão para dirigir. Caminho muito simples de ser trilhado. Umas duas ou três idas ao DETRAN, e em alguns dias literalmente, estamos de posse do documento obrigatório para tal atividade, tão corriqueira, tão natural, que é dirigir.

Mas reflitamos juntos. Como alguém que até então nunca tivera contato com os números e com as estatísticas do trânsito pode se transformar em um motorista seguro para si e para a comunidade? Seria realmente razoável e aceitável que se cobrasse deste motorista a responsabilidade que esta atividade exige, considerando os padrões utilizados pelos órgãos oficiais no processo de habilitação? Apenas pergunto.

O Instituto Avante Brasil realizou um levantamento mundial sobre mortes no trânsito em 2010, estruturando um ranking comparativo dos dez países mais violentos. O levantamento, inédito, teve por base o relatório “Global Status Report on Road Safety 2013”, da Organização das Nações Unidas, que mostra o número de mortes de 183 países. Em relação aos que não disponibilizaram dados recentes, o total de mortos foi estimado por meio de uma análise regressiva, o que viabilizou com confiança a comparação entre eles.

Em termos absolutos, o Brasil é 4º país do mundo com maior número de mortes no trânsito, ficando atrás somente da China, Índia e Nigéria. É possível notar que essas mortes também estão intimamente conectadas ao IDH (índice de desenvolvimento humano), que, por sua vez, tem por base a educação, a longevidade e a renda per capita. Dentre os 10 países mais violentos do planeta não aparece nenhum do grupo do capitalismo evoluído e distributivo, fundado na educação de qualidade para todos, na difusão da ética e no império da lei e do devido processo legal e proporcional (Dinamarca, Suécia, Suíça, Coreia do Sul, Japão, Cingapura, Áustria etc.).

Nenhum dos 10 países comparados está no grupo dos que contam com mais elevado IDH (47, no total), com exceção dos Estados Unidos, que é responsável pela maior frota de veículos do grupo e do mundo. Apresenta, de qualquer modo, o menor número de mortes por 100 mil pessoas (11,4 contra 22 do Brasil). Vejamos:

Segundo o Datasus, em 2010, foram registradas 42.844 mortes no trânsito do Brasil. Esse número, atualizado em 2011, chegou a 43.256 mortes (o ranking, no entanto, foi feito com base nos números de 2010 de todos os países). Em 2014, de acordo com projeção feita pelo Instituto Avante Brasil, o número de mortes no trânsito estimado é de 48.349. Sendo assim, estima-se que ocorram em média 4.029 mortes por mês, 132 mortes por dia e 6 mortes por hora, ou seja, uma a cada 10 minutos. Com a chegada do Carnaval esse número pode ser ainda maior. Em 2013, só nas estradas federais, ocorreram 157 mortes nesse



período. Com o aumento da frota assim como do fluxo viário, os acidentes e mortes podem ter incremento.

Formar o motorista com qualidade, assim como formar o eleitor, o gestor público, o servidor público só será possível quando conseguirmos formar o cidadão. Com base, alicerce, estrutura. O que se forma não é um motorista. É um robô, que decora o manual para passar na prova, como o servidor público que via de regra só decora as informações necessárias para passar no concurso.

Se todo o investimento e esforço se concentrasse em formar o cidadão, formar o motorista, o gestor, o servidor se daria de forma natural e o “bom” motorista não causaria espanto.

O Brasil somente deixará de ser um país pobre, ignorante, corrupto e violento (também no trânsito) quando suas instituições essenciais (Estado/democracia, sistema capitalista, império da lei e do devido processo e a sociedade civil) enxergarem que a resposta para todos os nossos problemas está na formação do cidadão e este, depende da estrutura da família.

*Por Fernando Balby, Criminalista*